

ENTRE A CULTURA POLÍTICA E A CULTURA HISTÓRICA: CENSURA POLÍTICA E MÚSICA DE PROTESTO NO REGIME MILITAR DO BRASIL (1969-1974)

Amilton Justo de Souza¹

Apesar do subtítulo deste trabalho, vamos nos centrar mais na primeira parte do título, apresentando alguns conceitos que serviram de base teórica para nossa pesquisa. Começamos destacando, sobre o campo da história política, que o historiador francês Jacques Julliard se mostrou favorável à condenação a que fora submetida a história política de inspiração positivista e sumariou seu julgamento, da seguinte forma:

A história política é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõem; é qualitativa e ignora as séries; o seu objetivo é o particular e, portanto, ignora a comparação; é narrativa e ignora a análise; é idealista e ignora o material; é ideológica e não tem consciência de sê-lo; é parcial e não o sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa os pontos precisos, e ignora o longo prazo; em uma palavra, [...] é uma história *factual* (JULLIARD, 1976, p. 180-181, grifo do autor).

Para Julliard, uma história política com esses requisitos deveria mesmo ser condenada e ter má reputação entre os jovens historiadores. No entanto, ele adverte que em 1911, Henri Berr já tecia críticas a essa história tradicional dos Seignobos e dos Lavisses, opondo-lhe a “síntese histórica”. Procedimento que será seguido mais tarde pelos *Annales* de Marc Bloch e Lucien Febvre. Já Francisco Falcon (1997, p. 65) assinala que foi essa historiografia metódica² que levou ao apogeu de uma história política, narrativa, factual e linear nos meios acadêmicos, tanto que “[...] no século XIX, poder é sempre poder do Estado [...]; [e] os “acontecimentos” são sempre eventos políticos, pois são estes os temas nobres e dignos da atenção dos historiadores.

Entretanto, escrevendo em 1974, Julliard (1976, p. 182) já dizia: “hoje em dia, dissipou-se a ilusão de que se pode fazer desaparecer o universo político, colocando em seu lugar aquilo que ele esconderia”, e chamou isso de um “retorno” do político. Para ele, essa renovação da história se fazia em contato com a ciência política, pois a “ilusão de uma história sem política repousa num material morto e sem interesse” (JULLIARD, 1976, p. 186). Também em defesa de uma história política renovada, René Rémond (1996, p. 34-35) menciona o seguinte, tendo por base a terminologia braudeliana:

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Século XX (GEPHiS20) e do Grupo de Pesquisa Saberes Históricos: Ensino de História, Historiografia e Patrimônios.

² Segundo Falcon (1997, p. 66), “são raros os historiadores propriamente positivistas”, sendo melhor chamá-la de escola metódica, por ser no método histórico que faziam se basear suas garantias de cientificidade.

Há sem dúvida todo um conjunto de fatos que se sucedem num ritmo rápido, e aos quais correspondem efetivamente datas precisas: golpes de Estado, dias de revolução, mudanças de regime, crises ministeriais, consultas eleitorais, decisões governamentais, adoção de textos legislativos... Outros se inscrevem numa duração média, cuja unidade é a década ou mais: longevidade dos regimes, período de aplicação dos tipos de escrutínio, existência dos partidos políticos. Outros ainda têm por unidade de tempo a duração mais longa; se a história das formações políticas fica mais na duração média, em compensação a das ideologias que as inspiram está ligada à longa duração.

Segundo Rémond (1996, p. 35), isso responderia à crítica “relativa ao suposto caráter superficial do político, comparado à profundidade que se atribui a outros componentes, como comportamento familiar, estruturas sociais, *habitus*”.³ Para Rémond (1996, p. 35-36), que continua a defesa:

A queixa teria fundamento se nos prendêssemos a uma definição estreita do político, que o isolasse das outras dimensões da vida coletiva e dos outros aspectos da existência individual. Mas a história política [...] aprendeu que, se o político tem características próprias que tornam inoperante toda análise reducionista, ele também tem relações com os outros domínios: liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva. O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social.

Sobre essa constituição da “nova história política”, Falcon (1997, p. 69) destaca que podemos “localizar no período de 1945 a 1968/70 a crise final da ‘história política tradicional’ e, no período seguinte, a progressiva constituição da ‘nova história política’”.⁴ Por outro lado, René Rémond (1996, p. 21) menciona um retorno da história política com força total na atualidade, na medida em que o ensino “após ter obedecido à convicção de que se devia descartar a política em benefício da economia e das relações sociais, tende hoje a reintroduzir a dimensão política dos fatos coletivos”.

Já sobre a história cultural, Peter Burke (2005, p. 15-16) diz que a mesma “pode ser dividida em quatro fases: a fase ‘clássica’; a fase da ‘história social da arte’; a

³ Essa crítica foi desenvolvida pela chamada “Nova História” dos *Annales*, que impõe sua atuação nos anos de 1950 e 1960, principalmente, contra essa história positivista e exclusivamente política, de acontecimentos efêmeros, de curta duração, também denominada de *histoire événementielle*. Fenômeno que é qualificado como apenas “a espuma nas ondas do mar da história”, como uma “história superficial” que deixa de lado uma “história profunda e total”. Sobre esse aspecto, ver: LE GOFF, Jacques. A história nova. In: _____. (org.). *A história nova*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 25-64. Ver também: BURKE, Peter. Abertura. A nova história: seu passado e seu futuro. In: _____. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 7-37. E ainda: AZEVEDO NETTO, Carlos X. de & SOUZA, Amilton J. de. A importância da cultura material e da Arqueologia na construção da História. *História Unisinos*. São Leopoldo, UAPPG/PPGH/UNISINOS, v. 14, n. 1, 2010, p. 62-76.

⁴ Ainda sobre a renovação da história política e a permanência da política na história, ver: BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 12, n. 23/24, 1991/1992, p. 7-18.

descoberta da história da cultura popular; e a ‘nova história cultural’”, que se destaca pela preocupação e o estudo da cultura das camadas populares, principalmente.⁵

Segundo Ronaldo Vainfas, podemos dizer que a nova história cultural tem suas características residindo na rejeição do conceito vago de mentalidades; na sua própria apresentação como uma “nova história cultural”, diferente da “velha história da cultura”; na sua preocupação com o papel das classes sociais; e na sua constituição como uma “história plural” constituída de dominantes e dominados, que se propõe apresentar caminhos alternativos para a investigação histórica e não apenas a investigação e o estudo das classes dominantes (VAINFAS, 1997).⁶

Já Roger Chartier, em sua fidelidade crítica à história cultural dos *Annales*, ao tratar da nova história cultural, mais especificamente sobre as “práticas” e “representações”, ou seja, no intuito de compreender as práticas que constroem o mundo como representação, menciona o seguinte:

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. [...] As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. [...] [...] As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1990, p. 16-17).

Podemos dizer, assim, que durante a ditadura militar no Brasil ocorre uma espécie de “luta de representações”, na medida em que os militares procuram, a todo momento, impor o seu domínio, os seus valores e a sua concepção de mundo social, ou seja, de um Brasil “democrático” politicamente e sem problemas sociais mas, ao mesmo tempo, silenciando através de uma censura autoritária, principalmente entre 1968/69 e 1973/74, após a decretação do Ato Institucional n.º 5, as músicas de protesto político e social que representam justamente o contrário do que eles propunham.

Vamos falar agora de um conceito que consideramos uma espécie de “ponte” entre a nova história política e a nova história cultural, que é o conceito de “cultura(s) política(s)”, com base não tanto na vertente norte-americana que desenvolveu o conceito

⁵ Sobre as outras três fases da história cultural, ver: BURKE, Peter. *O que é história cultural?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. O autor procura tratar das principais formas em que a história cultural foi e ainda é escrita, segundo ele.

⁶ Ainda sobre a nova história cultural, mas numa perspectiva bastante eclética e com modelos até contraditórios, segundo Vainfas (1997), ver: HUNT, Lynn. (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

nos anos de 1950 e 1960, mas, principalmente, na apropriação e releitura do mesmo pela vertente francesa nos anos de 1980 e 1990.⁷ Portanto, com base em Rodrigo Motta (2009, p. 21), o termo “cultura(s) política(s)” está sendo usado aqui como “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”.

Assim como Rodrigo Motta (2009, p. 21), que diz: “Penso que não há razão para opor os dois modos de aplicar o conceito, quer dizer, a versão no singular (cultura política nacional) e a versão no plural (culturas políticas disputando e tentando ocupar o mesmo espaço)”, também acreditamos que o conceito pode ser usado tanto no singular quanto no plural, pois para ele, as duas maneiras são válidas e, em alguns casos, chegam a ser complementares. Segundo Motta (2009, p. 24-25) é possível “admitir a existência de padrões culturais coletivos a um povo, uma cultura política brasileira, por exemplo, ao mesmo tempo convivendo com culturas ou sub-culturas que disputam esse espaço nacional, e que podem, apesar de suas divergências, carregar algumas características semelhantes em função do pertencimento comum”.

Angela de Castro Gomes também destaca que muitos historiadores insistem na diversidade de culturas políticas em qualquer sociedade, pois: “Competindo entre si, complementando-se, entrando em rota de colisão, a multiplicidade de culturas políticas não impediria, contudo, a possibilidade de emergência de uma cultura política dominante, em certo lugar, em certas conjunturas” (GOMES, 2005, p. 31). De acordo com Gomes, “cultura política” é um dos conceitos centrais da nova historiografia. Mas,

⁷ Na vertente norte-americana (muito influenciada pelas pesquisas da psicologia), destacam-se os trabalhos de Gabriel Almond e Sidney Verba, particularmente o livro: *The Civic Culture. Political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963. Aqui o conceito se resume há um esquematismo tripartite: cultura política paroquial (sociedades tradicionais), cultura política da sujeição (estados autoritários) e cultura política participativa/cívica (nações democráticas), no qual todas as sociedades deveriam se enquadrar. O que configura-se como etapista, etnocêntrico e teleológico, no que se refere à mudança política e cultural, e tendo como referencial “a experiência liberal-democrática” dos EUA, por exemplo, como um modelo a ser atingido na busca de uma cultura política participativa/cívica, como destacou Gomes (2005, p. 28), mesmo que seus autores digam que dois desses modelos podem aparecer conjugados também (MOTTA, 2009). Já a vertente francesa (mais influenciada pela antropologia), criticou e reformulou o modelo norte-americano, com destaque para os trabalhos de Serge Berstein e de Jean-François Sirinelli, que releeram e se apropriaram de tal conceito, desenvolvendo seus estudos externamente aos *Annales* (MOTTA, 2009). Entre os trabalhos de Berstein e Sirinelli ver, tanto o capítulo quanto o livro em que aquele está contido: BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363. E ainda o que foi organizado por Berstein: *Les cultures politiques em France*. Paris: Éditions Du Seuil, 1999.

diferentemente da Ciência Política, que nos anos 1990 se afastou do conceito,⁸ a História releu e retomou tal conceito, além de que, “[...] questões historiográficas passaram a integrar sua ‘definição’, assinalando, assim, a convergência ocorrida entre uma ‘nova’ história política e uma [nova] história cultural, sempre social [e econômica]” (GOMES, 2005, p. 27). Para ela, uma das razões apontada como das mais significativas para a retomada do conceito de cultura(s) política(s) pela História,

é [...] o fato de [...] permitir explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades. Ou seja, realizando o exercício historiográfico que implica se deslocar no tempo e no espaço [...].

Um exercício clássico do ofício do historiador, que não pode cometer anacronismos em relação ao passado e não pode postular orientações normativas (o que deve ser), acreditando em uma concepção de tempo linear e progressivo, ou supondo homogeneidades e ausência de conflitos em sociedade (GOMES, 2005, p. 30).

Essa operação, segundo a autora, fez com que a categoria de “cultura política” fosse se desvinculando da escola da cultura política norte-americana, ao mesmo tempo, em que

foi sendo apropriada pela “nova” história política e foi ganhando outra potencialidade, que é inseparável de uma orientação de história cultural (que não é a das idéias, nem a das mentalidades). Nesse sentido, o conceito antropológico de cultura foi fundamental, da mesma forma que uma percepção da ação política como excedendo o campo do formal, do político-institucional (GOMES, 2005, p. 30).⁹

Para Gomes (2005), apesar de ser muito difícil e arriscado construir uma definição de cultura política, esse risco trouxe contribuições historiográficas, particularmente com os trabalhos de Berstein e Sirinelli.¹⁰ Além disso, para ela:

as culturas políticas têm formas pelas quais se manifestam e se evidenciam mais freqüentemente: um projeto de sociedade, de Estado ou uma leitura

⁸ Porém, para uma discussão do termo “cultura política” no campo da Ciência Política, tendo como base as contribuições de teorias denominadas “racionalistas” sobre a cultura política, em comparação com as que são rotuladas de “culturalistas” e, portanto, formando abordagens excludentes, mas, com algumas convergências ver, por exemplo: KRISCHKE, Paulo J. Cultura política e escolha racional na América Latina: interfaces nos estudos da democratização. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 43, 1997, p. 103-126.

⁹ Sobre a relação entre Antropologia, política e cultura política, ver: KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 13, n. 24, 1999, p. 227-250.

¹⁰ É bom lembrar que em 1988, Rémond (1996, p. 35) já chamava a atenção para a importância que a noção de “cultura política” passaria a ter nas discussões dos fenômenos políticos, em uma História que não se restringia ao acontecimento momentâneo. Dizia ele: “Enfim, a noção de cultura política, que está prestes a ocupar, na reflexão e explicação dos fenômenos políticos, um lugar proporcional ao vazio que ela acaba de preencher, implica continuidade na longuíssima duração”. Segundo Motta (2009, p. 19), isso se deu quando da primeira publicação de *Por uma história política*, organizada por René Rémond, um dos responsáveis pela emergência da nova história política e que exercia uma espécie de liderança informal sobre os postos em que Berstein e Sirinelli atuavam na França.

compartilhada de um passado comum, por exemplo. Têm igualmente algumas instituições-chave – como a família, partidos, sindicatos, igrejas, escolas etc. –, fundamentais para sua transmissão e recepção. Por outro lado, culturas políticas, exercem papel fundamental na legitimação de regimes, sendo seus usos extremamente eficientes. Em todos os casos, as culturas políticas articulam, de maneira mais ou menos tensa, idéias, valores, crenças, símbolos, ritos, mitos, ideologias, vocabulários etc. (GOMES, 2005, p. 32).

Podemos dizer assim que ocorreu no Brasil a formação de uma cultura política entre os militares, como consequência de suas intervenções na política e principalmente de sua formação na instituição com base, no final dos anos 1940, na Doutrina de Segurança Nacional (DSN): de que ao soldado competia salvar a pátria (BORGES, 2003, p. 18), vista naquele momento sob a ameaça do comunismo. O que vai servir depois para legitimar a ditadura militar e fornecer subsídios para o desencadeamento da ação de seus principais atores. Uma cultura política que foi construída na longa duração e ficou mais visível a partir de 1948 (com a Escola Superior de Guerra, divulgadora da DSN), paralelamente à oficialização do Serviço de Censura de Diversões Públicas,¹¹ responsável por “zelar” pela “moral e os bons costumes” dos brasileiros¹² através da censura às diversões públicas em geral e à música popular, em particular,¹³ tendo em vista que as culturas políticas são construídas exatamente nos processos de média e longa duração (MOTTA, 2009, p. 22; GOMES, 2005, p. 31; GOMES, 2007, p. 48). Não havendo, segundo Motta (2009, p. 22), “lugar para o efêmero”, na medida em que o valor explicativo do conceito “reside em mostrar como as ações políticas podem ser determinadas por crenças, mitos, ou pela força da tradição”, por exemplo.

Porém, é um aspecto que merece ser trabalhado com bastante cuidado, pois, como Rodrigo Motta (2009, p. 33) adverte, podemos ser levados a exagerar por meio de uma linha de interpretação conservadora da história, pois: “Se a política é presa à tradição e arraigada à cultura, podemos ser tentados a enxergar uma história imóvel, na qual nada muda e tudo é eterna repetição. Naturalmente, estamos na presença de uma distorção, tanto mais problemática para o historiador porque tal tipo de leitura, no limite abole a própria história”. Segundo Gomes (2007, p. 48; 2005, p. 31), esse aspecto pode

¹¹ O Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) foi criado em 26 de dezembro de 1945 pelo Decreto-lei nº 8.462, tendo seu regulamento aprovado em 24 de janeiro de 1946 pelo Decreto nº 20.493.

¹² Lembrando que desde o início do século XX, passando pela chamada Era Vargas (1930-1945), a censura de diversões públicas esteve ancorada em uma suposta tradição de defesa dos valores morais cristãos da família brasileira.

¹³ Quando da publicação do Decreto de 1946, a expressão diversões públicas incluía cinema, teatro, programas de rádio, apresentações musicais etc., além de incorporar a televisão, que chegaria ao Brasil em 1950.

ser visto como uma postulação que não exclui a existência de movimentos e/ou transformações em seu interior, mas que não são “nem rápidos, nem contingentes, nem arbitrários, havendo pontos mais resistentes e outros mais permeáveis”.

Podemos afirmar, então, que já havia no Brasil toda uma cultura censória de base legal, que vinha sendo praticada em relação às diversões públicas em geral e à música em particular, antes e depois de 1946, portanto, bem anterior ao golpe de 1964, apesar de mais ligada à “moral e aos bons costumes”, mas que vai consolidando uma cultura histórica específica sobre a censura de diversões públicas no Brasil. A qual se desenvolverá mais plenamente a partir do golpe civil-militar de 1964 e, principalmente, depois de ser baixado o AI-5, em 13 de dezembro de 1968. Mas, o que seria essa cultura histórica específica? Em primeiro lugar, será necessário falar um pouco sobre o termo “cultura histórica” propriamente dito, por ser um termo bastante complexo e também em discussão e construção na historiografia.¹⁴

O historiador francês Jaques Le Goff, por exemplo, utiliza o termo cultura histórica como sinônimo de mentalidade histórica. Ele diz que usa a expressão “cultura histórica” como a usada por Bernard Guenée em 1980, ou seja, no sentido de bagagem do historiador (com sua biblioteca e seu público),¹⁵ mas que lhe acrescenta a relação que uma sociedade mantém com o seu passado, na sua psicologia coletiva. Ou seja, para Le Goff (1996, p. 48):

A história da história não se deve preocupar apenas com a produção histórica profissional mas com todo um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica ou, melhor, a mentalidade história [sic] de uma época. Um estudo dos manuais escolares de história é um aspecto privilegiado, mas esses manuais praticamente só existem depois do século XIX.

Já Elio Flores discorda de Le Goff sobre o uso do termo cultura histórica como sinônimo de mentalidade histórica, ou seja, para Flores, cultura histórica e mentalidade histórica não possuem o mesmo significado, e os próprios exemplos de Le Goff sobre cultura histórica e mentalidade histórica não podem ser portadores de uma mesma significação, quer dizer:

Tucídides não poderia ser o nosso colega mais antigo porque foi mais um testemunho vivo; Políbio não poderia figurar na profissão de Clio uma vez que foi antes de qualquer coisa um memorialista. Parece correto ver nos dois, pelo menos, sujeitos que detinham uma cultura histórica significativa de suas respectivas sociedades; mas, dificilmente, poderíamos afirmar de forma

¹⁴ Principalmente no PPGH da UFPB, por seus docentes e discentes, o qual designou o termo “Cultura Histórica” como Área de Concentração.

¹⁵ O livro de Bernard Guenée a que se refere Le Goff, intitula-se: *Histoire et culture historique dans l'Occident medieval*. Paris: Aubier, 1980.

categorica que suas obras expressavam a “mentalidade histórica” de suas épocas (FLORES, 2007, p. 95).

Segundo Flores, com a difusão do ensino escolar no século XIX, por exemplo, após o impulso propiciado pela Revolução Francesa, também seria mais apropriado usarmos o termo “cultura histórica” ao invés de “mentalidade histórica”.¹⁶ Por isso, apesar de considerar bastante apropriada a ênfase que Le Goff deu a essa difusão, segundo Flores, é necessário corrigi-lo apenas em sua definição conceitual, e toma como referência a própria citação de Le Goff, substituindo “mentalidade histórica” por “cultura histórica”, quando diz:

[...] foi a Revolução Francesa que o impulsionou [o ensino de história] e foram os progressos do ensino escolar [...] que asseguraram às massas, no século XIX, a difusão de uma cultura histórica. Daqui em diante, os melhores postos de observação para o estudo [da cultura histórica] são os compêndios escolares (FLORES, 2007, p. 96, em colchetes no original).¹⁷

Porém, Elio Flores diz que entende por cultura histórica,

os enraizamentos do *pensar historicamente* que estão aquém e além do campo da historiografia [...]. Trata-se da intersecção entre a história científica, habilitada no mundo dos historiadores como historiografia [...], e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais (FLORES, 2007, p. 95, grifo do autor).

Ao propor a cultura histórica como os enraizamentos do pensar historicamente numa intersecção entre a história científica e a “história sem historiadores”, de certa forma Flores acaba se aproximando de Angela de Castro Gomes (2007 [como veremos adiante]) e de Le Goff (1996, p. 48-49), quando este diz: “A história da história não se deve preocupar apenas com a produção histórica profissional”, chamando a atenção também para o estudo da arte (as *canções de gesta*, na época de Carlos Magno), da literatura (com o nascimento do romance histórico no século XII) e da pintura (que provoca o interesse pela história antiga, na época do Renascimento) anteriores ao advento dos manuais escolares de história. Além do mais, Le Goff lembra, ainda, um

¹⁶ Lembramos que, como historiador, o uso da categoria “cultura histórica” é encarado como positivo por nós, e, obviamente, diferente do que foi formulado pelo filósofo alemão Friedrich Nietzsche, em: *Da Utilidade e do Inconveniente da História para a Vida*. Segunda Consideração Intempestiva (2008). Nesta obra, a expansão de uma cultura histórica é vista como negativa, pelo filósofo, que diz: “[...] tento interpretar como um mal, uma enfermidade e um vício, algo de que nossa época é orgulhosa a justo título – sua cultura histórica – porque creio até que todos nós sofremos de uma febre histórica [...]. Todos sabem que uma virtude hipertrofiada – e o sentido histórico de nossa época me parece ser uma delas – pode acarretar a queda de um povo bem como um vício hipertrofiado” (NIETZSCHE, 2008, p. 16).

¹⁷ Ver também a própria citação de Jacques Le Goff, onde aparece o termo “mentalidade histórica” ao invés de “cultura histórica” (LE GOFF, 1996, p. 76).

estudo mais recente de Marc Ferro sobre o cinema,¹⁸ que se torna “agente e fonte da história”, dizendo ser verdadeiro também para o conjunto dos *media*, e que “bastaria para explicar que a relação dos homens com a história conhece, com os *media* modernos (imprensa de massas, cinema, rádio, televisão), um avanço considerável” (LE GOFF, 1996, p. 49).

A partir do que evidenciamos acima sobre Le Goff, devemos ponderar, por conseguinte, o que Flores (2007, p. 96) diz a seguir: “Avançamos, pois, no sentido de que a cultura histórica não pode ser uma exclusividade da narrativa dos historiadores, a historiografia. Ela tanto pode ser narrada pelo cronista, jornalista, cineasta, documentarista ou memorialista. Trata-se da história sem historiografia [...]”. Lembramos também que Angela de Castro Gomes já havia abordado essa questão antes, e com base no próprio Le Goff, ou seja, ao tratar das relações entre cultura histórica e historiografia, enfatizou que a cultura histórica

[...] vai além da historiografia definida como a história dos historiadores, de suas obras e da disciplina. Tal constatação tem como desdobramento importante o fato de assinalar que os historiadores de ofício não detêm o monopólio do processo de constituição e propagação de uma cultura histórica, atuando interativamente com outros agentes que não são homens de seu *métier* (GOMES, 2007, p. 48).

Esse argumento é uma retomada de outro que a autora já havia apresentado dois anos antes, tendo como base a importância do trabalho com “cultura(s) política(s)” para a reflexão historiográfica, ao dizer que “[...] a escrita da História não é monopólio dos historiadores, uma vez que há sempre outros produtores de interpretação do passado. Interpretações que são aprendidas por vários instrumentos de socialização política (com destaque para a escola) e que circulam na sociedade se transformando e se consolidando ao mesmo tempo” (GOMES, 2005, p. 33). A autora adverte, ainda, que cultura histórica e conhecimento e/ou saber histórico não são necessariamente a mesma coisa, havendo diferenças entre os mesmos, quando diz: “Há, por conseguinte, diferenças evidentes de amplitude e de natureza entre o que se pode considerar cultura histórica e o que se pode entender por conhecimento/saber histórico produzido em uma época, não havendo sincronia necessária entre os dois” (GOMES, 2007, p. 48-49). Portanto, Gomes (2007, p. 46, grifos da autora) passa a considerar (assim como nós), que o conceito de cultura histórica é de fundamental importância,¹⁹ na medida em que:

¹⁸ O estudo de Marc Ferro a que se refere LE GOFF, é: *Cinema et histoire*. Gontier: Paris, 1977.

¹⁹ Conferir também, de Angela de Castro Gomes, sobre esse aspecto, o livro *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

nos possibilita entender melhor *o quê* especificamente os homens consideram seu passado e *que lugar (espaço e valor)* lhe destinam em determinado momento. Nesse sentido, ele permite e mesmo exige a análise de um conjunto de iniciativas que abarca não só o conhecimento histórico em sentido mais estrito – quem são os historiadores, quais são as obras que, reconhecidamente, “narram” a história nacional e quais são seus eventos e personagens fundamentais – como o ultrapassa, abarcando outras formas de expressão cultural que têm como referência o “passado”, como a literatura e o folclore, por exemplo.

Passemos agora a tratar da relação entre “cultura histórica” e “cultura política”, pois, assim como Angela de Castro Gomes, também procuramos articular o conceito de cultura histórica ao de cultura política para percebermos toda uma conjuntura política e de disputas de projetos em jogo, sejam eles políticos, econômicos, sociais ou culturais. Ela já havia tocado nessa questão em 2005, ao dizer que

[...] o conceito de cultura política incorpora sempre uma leitura do passado – histórico ou mítico, ou ambos –, que conota positiva ou negativamente períodos, personagens, eventos, textos referenciais e, principalmente, um enredo – uma narrativa – do próprio passado. Nesse sentido, estudar uma cultura política, ou melhor, trabalhar com a sua formação e divulgação – quando, quem, através de que instrumentos –, é entender como uma certa interpretação do passado (e do futuro) é produzida e consolidada, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais, inclusive os nacionais (GOMES, 2005, p. 32-33).

Em 2007 Gomes (2007, p. 48) retoma o mesmo enunciado para evidenciar a conformação de “uma cultura histórica articulada a uma cultura política”, acrescentando apenas a categoria de “presente” ao que está enunciado entre parênteses na citação acima, para a interpretação do passado. E ainda acrescenta: “[...] do mesmo modo como as culturas políticas são plurais, pode-se pensar em mais de uma cultura histórica convivendo, disputando, enfim, estabelecendo vários tipos de interlocução entre si e com a produção historiográfica em determinado período” (GOMES, 2007, p. 49). Ela destaca, também, que tanto a cultura histórica quanto a cultura política, estão fortemente vinculadas à implementação de políticas públicas em regimes autoritários, principalmente, como é o caso do regime militar brasileiro, podemos acrescentar.

A construção de uma cultura política e de uma cultura histórica, por conseguinte, vincula-se fortemente à implementação de políticas públicas, em particular sob regimes autoritários, que investem de maneira consciente e eficiente na busca de sua legitimidade, mobilizando valores, crenças e tradições da sociedade, com destaque para os que se referem a uma herança e passado histórico comuns. Nesse sentido, [...] em certas conjunturas políticas [...], há um esforço evidente para se articular iniciativas estatais de política cultural com a conformação de uma cultura política nacional, em que a leitura do passado ganha espaço privilegiado; [e] onde o que se está chamando de cultura histórica é dimensão constitutiva e também estratégica da cultura política (GOMES, 2007, p. 49).

Isso não quer dizer, como pode parecer, que cultura política seja a mesma coisa que política cultural, pois como diz Rodrigo Motta (2009, p. 25): “cultura política não é sinônimo de política cultural, que pode ser definida como o conjunto de ações de determinado Estado ou agente político direcionadas à cultura”. Mas que em determinadas conjunturas políticas, como mencionado acima por Gomes, há um esforço para conformar iniciativas de política cultural com uma cultura política, assim como lembra Rodrigo Motta (2009, p. 25), ao dizer que “[...] há um ponto de convergência também, porque algumas culturas políticas servem de inspiração para autoridades estatais criarem suas políticas culturais [...]”. Portanto, a relação entre cultura histórica e cultura política é como uma via de mão dupla, em que uma alimenta a outra e vice-versa, apesar de aparentar que só a cultura histórica seria dimensão constitutiva da cultura política, como deduz-se do mencionado acima por Gomes. Segundo a própria autora, ao mesmo tempo também “difunde-se amplamente uma cultura política, centrada em uma visão de ‘nosso passado e de nossa história’, que se apropria e lê o estoque de obras acumulado, associando-o a outros materiais e dando-lhe novo sentido e força” (GOMES, 2007, p. 50).

De acordo com a autora, a categoria de cultura histórica mantém uma complexa relação com a cultura política e com a historiografia, no que se refere a determinado contexto histórico e político, tanto para os esforços de construção de uma cultura política, como para o que pode ser delineado como o campo da historiografia (GOMES, 2007, p. 47).²⁰ Por isso, ela adverte: “O trabalho de investigar *como, quem e com que recursos de poder* uma dada cultura histórica é conformada, é muito difícil, mas a tentativa pode ser útil, pois culturas históricas costumam marcar uma memória nacional, estando, freqüentemente, vinculadas a culturas políticas e a políticas culturais” (GOMES, 2007, p. 50, grifos da autora).

²⁰ Tendo em vista uma melhor compreensão e uso do termo “cultura histórica”, apesar de não concordarmos com a afirmação feita por Rosa Godoy Silveira, de que “toda Cultura é histórica e tudo que é histórico é cultural”, por outro lado, concordamos com ela quando diz que a “Cultura Histórica guarda duplo sentido: um, genérico, enquanto produção pela História-processo; outro, mais específico, como História-conhecimento, melhor nomeada, talvez, de Cultura Historiográfica. Portanto, toda Cultura Histórica contém uma Cultura Historiográfica [...]” (SILVEIRA, 2007, p. 42). O que não quer dizer que as duas formas não possam aparecer combinadas, podemos acrescentar, pois, sobre a categoria de “cultura histórica” em conformidade com a de “cultura historiográfica”, ver Astor Antônio Diehl: *A matriz da cultura histórica brasileira: do crescente progresso otimista à crise da razão histórica*. Porto Alegre: Edipucrs, 1993; *A cultura historiográfica dos anos 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira*. Porto Alegre: Evangraf, 1993; *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998; *A cultura historiográfica brasileira. Década de 1930 aos anos 1970*. Passo Fundo: UPF, 1999; *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: Edusc, 2002.

Voltando à discussão anterior, não podemos deixar de dizer, a respeito da diferença entre cultura histórica e mentalidade histórica que, se com Le Goff estava um pouco confuso, Flores (2007, p. 96) acrescenta de forma mais esclarecedora, o seguinte:

[...] se realmente existe uma mentalidade histórica, ela prescinde de qualquer sinal de letramento, sendo atributo incontestemente também das sociedades ágrafas e pré-capitalistas. Entretanto, uma cultura histórica se evidencia quando as categorias de clérigos, profissionais e leigos tomam para si a cruzada da vulgarização e divulgação do que foi feito no passado, dando-lhe um sentido histórico.

Ainda sobre a cultura histórica,²¹ Flores (2007, p. 84) destaca que a expressão procura “inventariar a articulação entre o processo histórico e a produção, transmissão e recepção do conhecimento histórico”. Definição que consideramos mais completa, por abordar além da produção histórica científica e a “história sem historiadores”, abarcar também o processo histórico, no sentido de tempo vivido e/ou transcorrido. Assim, após 1964, e mais ainda entre 1968/69 e 1973/74, aquela censura específica da “moral” passou a fazer parte de uma cultura política em voga no Brasil, entre alguns setores militares, marcada agora por sua função de atores políticos dirigentes e sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional. Uma consequência de suas constantes intervenções na política brasileira e principalmente da formação desenvolvida na instituição: de que ao soldado compete à missão providencial de salvar a pátria (BORGES, 2003, p. 18), a qual foi vista sob o perigo do comunismo. O que se deu com mais força com a radicalização da Doutrina de Segurança Nacional, após a decretação do AI-5, em 1968.

Mas, ao seguir os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional como força dirigente, os militares “assumiram a função de partido da burguesia, manobrando a sociedade civil, através da censura [como se deu nas músicas de protesto] [...] e do terrorismo estatal, para promover os interesses da elite dominante, assegurando-lhe condições de supremacia em face do social” (BORGES, 2003, p. 21). Uma cultura política que atuou de forma mais politizada em relação à música de protesto no Brasil, entre 1968/69 e 1973/74, principalmente. Por isso, quando falamos antes que foi se consolidando uma cultura histórica específica sobre a censura de diversões públicas no país, foi nesse sentido de que foi se fortalecendo uma cultura da censura à “moral e aos bons costumes”, que estava em curso no processo histórico brasileiro antes mesmo de

²¹ Ver também, a título de acréscimo: MELO, Evaldo Cabral de. A cultura histórica do nativismo. In: *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3. ed. São Paulo: Alameda, 2008, p. 61-87. Aqui a cultura histórica aparece associada às crônicas luso-brasileiras dos Seiscentos, as quais ignoram as *neerlandesas* do mesmo período a respeito da ocupação holandesa em Pernambuco. E ainda sobre “cultura histórica” ver o *Dossiê: História e Cultura Histórica*. In: *Saeculum*. João Pessoa, DH/PPGH/UFPB, n. 16, 2007, p. 9-102.

1946 através da censura de diversões públicas em geral e musical, em particular. A qual transitou da “censura moral” para a “censura política”, ou seja, de uma cultura histórica mais ligada à moral até 1968, para uma cultura histórica mais ligada à política, entre 1968/69 e 1973/74, quando da radicalização da Doutrina de Segurança Nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney. *The Civic Culture. Political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de & SOUZA, Amilton Justo de. A importância da cultura material e da Arqueologia na construção da História. *História Unisinos*. São Leopoldo, UAPPG/PPGH/UNISINOS, v. 14, n. 1, 2010, p. 62-76.

BERSTEIN, Serge: *Les cultures politiques em France*. Paris: Éditions Du Seuil, 1999.

_____. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.). *O Brasil Republicano*. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-42.

BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 12, n. 23/24, set. 1991/ ago., 1992, p. 7-18.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. Abertura. A nova história: seu passado e seu futuro. In: _____. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 7-37.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: Edusc, 2002.

_____. *A cultura historiográfica brasileira. Década de 1930 aos anos 1970*. Passo Fundo: UPF, 1999.

_____. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

_____. *A cultura historiográfica dos anos 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira*. Porto Alegre: Evangraf, 1993.

_____. *A matriz da cultura histórica brasileira: do crescente progresso otimista à crise da razão histórica*. Porto Alegre: Edipucrs, 1993.

DOSSIÊ História e Cultura Histórica. *Saeculum*. João Pessoa, DH/PPGH/UFPB, n. 16, 2007, p. 9-102.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.

FERRO, M. *Cinema et histoire*. Gontier: Paris, 1977.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e Cultura Histórica. *Saeculum*. João Pessoa, DH/PPGH/UFPB, n.16, 2007, p. 83-102.

GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Marta; SOIHET, Rachel & GONTIJO, Rebeca. (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 43-63.

_____. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B. & Gouvêa, Maria de Fátima S. (orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-44.

_____. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GUENÉE, Bernard. *Histoire et culture historique dans l'Occidente medieval*. Paris: Aubier, 1980.

HUNT, Lynn. (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180-196.

KRISCHKE, Paulo J. Cultura política e escolha racional na América Latina: interfaces nos estudos da democratização. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 43, 1997, p. 103-126.

KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudo Históricas*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 13, n. 24, 1999, p. 227-250.

LE GOFF, Jacques. A história nova. In: _____. (org.). *A história nova*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 25-64.

_____. Jacques. A mentalidade histórica: os homens e o passado. In: _____. *História e memória*. 4. ed. Campinas; Ed. da Unicamp, 1996, p. 47-76.

MELO, Evaldo Cabral de. A cultura histórica do nativismo. In: *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3. ed. São Paulo: Alameda, 2008, p. 61-87.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____. (org.). *Culturas políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 13-37.

NIETZSCHE, Friedrich. *Da Utilidade e do Inconveniente da História para a Vida*. Segunda Consideração Intempestiva. São Paulo: Ed. Escala, 2008.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: _____. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 13-36.

RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A cultura histórica em representações sobre territorialidades. *Saeculum*. João Pessoa, DH/PPGH/UFPB, n.16, 2007, p. 33-46.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 127-162.